

A UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO PROCESSO DE GESTÃO DAS EMPRESAS DE TERCEIRO SETOR DA CIDADE DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE – ES.

**JOSUÉ BERÇAN GOBBI
MÔNICA DE OLIVEIRA COSTA
FARANA DE OLIVEIRA MARIANO
SABRINA PEREIRA ULIANA PIANZOLI
WEVEN DA SILVA VIANA DA FONSECA FEITOSA**

Resumo: As entidades sem finalidades lucrativas estão crescendo e ganhando seu espaço, exercendo atividades assistenciais, de saúde, educacionais, técnico-científicas, esportivas, religiosas, políticas, culturais, beneficentes, sociais, de conselhos de classe e outras, administrando pessoas e promovendo o bem-estar social. Essas entidades são diferentes das demais, por não apresentarem finalidade de lucro, ou seja, aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e a denominação do lucro ou prejuízo são respectivamente superávit ou déficit. O objetivo desse trabalho é investigar como as empresas do Terceiro Setor têm utilizado as informações contábeis para divulgação de seus resultados e para tomada de decisão na cidade de Venda Nova do Imigrante. A pesquisa é do tipo descritiva, sendo utilizado aplicação de questionário para levantamento dos dados em quatro entidades do terceiro setor. Por fim verificou-se que essas entidades utilizam as demonstrações contábeis para fins fiscais, para controle e para transparência a fim de obtenção de recursos. A obrigatoriedade da apresentação das demonstrações contábeis e da prestação de contas tem um efeito positivo nas empresas, ajudando desde a documentação até a identificação de problemas e apoio no gerenciamento econômico e financeiro.

Palavras-chave: Contabilidade e Terceiro Setor. Informações Contábeis. Demonstrações Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

As empresas do terceiro setor estão se destacando nos últimos anos na sociedade, exercendo funções cada vez mais relevantes e eficientes para a sociedade na área social, educacional, cultural, política, religiosa, beneficente, de saúde, entre outros. Logo, o terceiro setor tem ganhado novos recursos, contribuições e benefícios do governo, como por exemplo, a isenção de impostos. Em consequência, novas exigências vêm sendo impostas, como as normas contábeis aplicadas ao terceiro setor (CORDEIRO NETO, 2013; OLIVEIRA, DURÃS, 2014).

Segundo Cordeiro Neto (2013) a sociedade no Brasil é dividida em 3 setores de atuação: o primeiro setor, que compreende os órgãos públicos que são responsáveis pela educação, saúde e segurança; o segundo setor que reúne as empresas privadas com o objetivo de lucro através de bens e serviços prestados a sociedade e o terceiro setor também conhecido como entidade sem fins lucrativos, que partem da iniciativa privada e tem o objetivo de gerar serviços públicos, ajudando nas questões sociais proporcionando à sociedade melhoria na qualidade de vida.

Com o passar dos anos houve aumento da demanda de serviços e o Estado passou a encontrar dificuldades para atendê-las, o que fez com que entidades do Terceiro Setor fossem

impulsionadas a ocupar um maior espaço a fim de reduzir as desigualdades econômicas e sociais, tornando-se importantes organizações (ZANLUCA, 2009).

Com o crescimento dessas entidades, a contabilidade se torna uma ferramenta imprescindível, pois por meio dela é possível demonstrar para a sociedade o trabalho que realmente vem sendo desenvolvido por essas instituições através dos seus demonstrativos, e assim aumentando as chances de recebimento de recursos. Além disso, a contabilidade acaba por ajudar a evidenciar as áreas que precisam de aplicação de recursos e as que podem reduzir seus custos.

A partir disso, surge o seguinte problema de pesquisa: Como são utilizadas as informações contábeis e qual o seu papel na gestão das empresas do terceiro setor da cidade de Venda Nova do Imigrante-ES?

O objetivo do presente artigo é investigar, através de uma pesquisa descritiva, estudo de casos múltiplos e de emprego de questionário, como as empresas do Terceiro Setor têm utilizado as informações contábeis para divulgação de seus resultados e para tomada de decisão.

Esse artigo se faz relevante, pois grande parte das inovações e mudanças sociais foram obtidas com a criação de organizações do Terceiro Setor. Devido a essas expectativas de crescimento as entidades pertencentes ao Terceiro Setor devem buscar cada vez mais ferramentas que lhes atendam no âmbito contábil, afim de divulgação e transparência dos seus resultados, bem como para auxiliá-las nas decisões gerenciais.

Portanto, assim como nas empresas públicas e privadas, as empresas do Terceiro Setor também precisam se manter no mercado e garantir seus serviços prestados à população, desta forma conhecer as informações contábeis e utilizá-las podem garanti-las o sucesso permanente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O TERCEIRO SETOR NO BRASIL

De acordo com vários autores Falconer (1999); Rodrigues (1997); Coelho (2002); Gohn (1997); Thompson (1997); Gonçalves (1996) o terceiro setor não é recente no Brasil, porém não se tem o dado exato de qual seja o início das primeiras organizações deste setor.

De acordo com as colocações de Fernandes (1994) e Landim (1993), os primeiros vestígios de filantropia estão ligados à igreja Católica e existem quatro momentos importantes do Terceiro setor no Brasil:

- Primeiro, no período situado entre a colonização até meados do século XX, onde as “associações voluntárias” eram arraigadas por valores cristãos e realizavam ações de assistência social, saúde e educação por meio de asilos, orfanatos, colégios católicos e SANTAS CASAS de misericórdia.
- No segundo momento a igreja continua tendo um papel importante na prestação de serviços sociais, porém o estado assume o papel de formular e implementar políticas públicas com o apoio das organizações sem fins lucrativos, no Governo de Getúlio Vargas. A partir disso é promulgada a lei que declara utilidade pública para essas entidades, em 1935. Em 1938 é criado o CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social), onde foi estabelecido que as entidades nele inscritas recebessem subsídios governamentais.
- O terceiro marco histórico ocorreu durante o regime militar caracterizado por uma intensa mobilização da sociedade. As organizações filantrópicas se juntam as

organizações comunitárias servindo de porta-vozes dos problemas sociais. É neste período que surgem as organizações sem fins lucrativos ligadas à mobilização social e à contestação política.

- A partir de 1980 a questão da cidadania e dos direitos fundamentais passa a ser o foco das organizações sem fins lucrativos. Há diminuição da intervenção do Estado nas questões sociais ocorrendo a redemocratização do País.

A partir desse momento as organizações do terceiro setor foram crescendo cada vez mais, expandindo-se em vários segmentos, ganhando cada vez mais relevância no Brasil e podendo assim atender as necessidades sociais, no geral.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

“Todas as instituições sem fins lucrativos têm semelhanças: são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito; isto é, toda uma vida transformada” (DRUCKER, 1994, p. 14).

Entidades sem fins lucrativos são instituições voltadas aos propósitos sociais, educacionais, religiosos, de saúde ou filantrópicos. São aquelas onde não se tem o interesse no enriquecimento econômico dos proprietários, associados e colaboradores (ANDRADE, 1991).

Diante disso percebe-se que o crescimento patrimonial da instituição não equivale ao crescimento dos seus membros. O lucro não é a razão das entidades sem fins lucrativos, porém ele é um meio necessário para a manutenção e continuidade das mesmas.

Quadro 1 - Classificação das entidades sem fins lucrativos

Grupo 1 – Cultura e Recreação ▪ Esportes, arte, museus, zoológicos, recreação, clubes sociais
Grupo 2 – Educação e Pesquisa ▪ Escolas e educação superior, treinamento vocacional ▪ Pesquisa médica, Ciência e tecnologia, estudos de política empresarial
Grupo 3 – Saúde ▪ Hospitais, reabilitação, asilos, saúde mental ▪ Saúde Pública, educação sanitária
Grupo 4 – Serviços sociais ▪ Bem-estar da criança, serviços para jovens, famílias, idosos e deficientes ▪ Ajuda de emergência, complementação de rendimentos, assistência material
Grupo 5 – Meio Ambiente ▪ Conservação dos recursos naturais, controle da poluição ▪ Proteção e bem-estar dos animais, vida selvagem e preservação dos ambientes rurais
Grupo 6 – Desenvolvimento e Habitação ▪ Desenvolvimento Econômico, social e comunitário ▪ Habitação ▪ Emprego e treinamento
Grupo 7 – Lei, Direito e Política ▪ Organizações de direito, minorias étnicas, associações civis ▪ Serviços legais, prevenção do crime, reabilitação de delinquentes, apoio às vítimas ▪ Partidos políticos
Grupo 8 – Intermediários Filantrópicos e Promoção do Voluntariado ▪ Grupos econômicos de concessão de recursos, organizações de captação de recursos ▪ Organizações de intermediários
Grupo 9 – Atividades Internacionais ▪ Programas de intercâmbio, assistência de desenvolvimento, amparo em desastres

▪ Direitos humanos e organizações pacifistas
Grupo 10 – Religião ▪ Organizações religiosas
Grupo 11 – Associações Profissionais e Sindicatos ▪ Organizações de empregados, sindicatos, associações profissionais
Grupo 12 – Outros ▪ Não classificados em outros grupos

Fonte: HUDSON (1999, p. 237).

No Brasil, as principais categorias do terceiro setor são as Associações, as Organizações filantrópicas, beneficentes e de caridade, as ONGs, as Fundações privadas e as Organizações sociais.

2.3 A CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR

As empresas do terceiro setor, assim como as empresas de outro setor, precisam da contabilidade, pois através dela é possível demonstrar para a sociedade o que vem sendo realizados por essas instituições, pois em muitos casos, há uma falta de confiabilidade em meio a essas instituições.

Devido ao aumento das verbas alocadas através do governo, ou por doações, ou até mesmo pela própria geração de receitas advindas de sua atuação no mercado, surge então a necessidade de pessoas capacitadas com intuito de melhor gerir esse novo modelo de instituição (FISCHER, 2002).

De acordo com Araújo (2005, p.54) as demonstrações contábeis para o terceiro setor são, de acordo com as normas emanadas do CFC:

- O Balanço Patrimonial;
- A Demonstração do Déficit ou Superávit do Exercício;
- A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Social;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, que conforme a lei 11.638/07 foi substituída pela Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), passando a ser obrigatória a divulgação desse demonstrativo. Obrigatoriamente devem ser divulgadas também as Notas Explicativas, que não consistem em demonstrativos contábeis, mas é um método de evidenciação que serve como complemento das demonstrações contábeis. (ARAÚJO, 2005, P.54).

O principal objetivo da contabilidade é prover informações relevantes e em tempo hábil para que o usuário dessa informação possa tomar a melhor decisão, ela ainda deve ter uma flexibilidade para fornecer conjuntos diferenciados para usuários ou decisões especiais (HENDRIKSEN, 1999).

Com os casos de corrupção dentro do terceiro setor, é essencial trabalhar de maneira séria e transparente as demonstrações contábeis. Quanto mais claro os procedimentos, melhor será a credibilidade e consequentemente aumenta a chance de arrecadação de recursos. A contabilidade no terceiro setor é uma ferramenta fundamental de apoio a gestão, pois acumula e revela toda a movimentação financeira e patrimonial da organização e possibilita avaliar o destino dos recursos empregados; e ao fisco, avaliar o cumprimento das exigências legais (AURELI, 2015).

Além disso, caso a empresa passe por uma auditoria externa e suas demonstrações forem avaliadas e estiverem corretas e legais, proporcionará uma maior segurança à

organização, pois o processo de auditoria evita uma má gestão, evitando assim corrupção ou mesmo desvio de verba de projetos (LIMA, 2003; MARTINS, 1990).

2.4 DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E SUA IMPORTÂNCIA

2.4.1 Balanço Patrimonial

O Balanço patrimonial é uma demonstração contábil relevante e indispensável a qualquer tipo de organização, seja ela do setor público, privado ou entidades sem fins lucrativos, quer explore ou não o lucro. O balanço patrimonial nada mais é do que uma “fotografia” da entidade em certo momento e evidencia a situação econômica, financeira e patrimonial. A estrutura patrimonial definida para as empresas, no geral, pode e deve ser adotada pelas entidades sem fins lucrativos. Porém algumas adaptações são necessárias, principalmente do patrimônio líquido que no terceiro setor é chamado de patrimônio líquido social (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

Quadro 2- Composição do patrimônio líquido social

PATRIMONIO LÍQUIDO SOCIAL
Patrimônio Social
Fundo Patrimonial Social
Fundos Especiais
Reservas, Doações e Subvenções Patrimoniais
Reservas de Reavaliação
Doações Patrimoniais
Subvenções patrimoniais
Superávit ou Déficit Acumulado
Superávits (Déficits) Acumulados.
Superávit (Déficit) do Exercício

Fonte: OLAK; NASCIMENTO (2010 p. 70).

2.4.2 Demonstração do Superávit ou Déficit das Atividades

O fato de utilizarem os termos superávit ou déficit em vez de lucro ou prejuízo este intimamente relacionado às suas finalidades institucionais. Seria contraditório usar-se lucro ou prejuízo para as entidades que, por natureza, não tem fins lucrativos. A Demonstração do Resultado do Exercício nomeada no terceiro setor como Demonstração do Superávit ou Déficit das atividades, tem o objetivo de evidenciar todas as atividades desenvolvidas pelos gestores durante um determinado período de tempo, denominado “Exercício”, avaliando se houve um Superávit ou Déficit (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

Se nas empresas de fins lucrativos a ênfase é dada ao resultado, nas entidades de fins lucrativos o foco está nas atividades. Essa demonstração é de fundamental importância para essas entidades por evidenciar as ações dos gestores e termos de volume de recursos obtidos e custos e despesas utilizadas nas atividades dessas entidades (YOSHITAKE et al., 2014).

2.4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é um instrumento que possibilita mostrar de forma direta ou indireta as mudanças ocorridas no caixa da empresa, demonstrando as entradas e saídas de dinheiro, ou seja, os reflexos no caixa da empresa. Desde o momento que

sai da Demonstração de Resultados até o Balanço Patrimonial. O objetivo primário da DFC é prover informações relevantes sobre pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa, ocorridos num determinado período. No campo das entidades sem fins lucrativos a DFC é uma necessidade para administração, sendo um importante instrumento de apoio a gestão (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

Para Iudícibus (2004, p.194) “A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo)”.

2.4.4 Notas Explicativas

De acordo com Iudícibus (2004) as notas explicativas devem complementar as demonstrações financeiras, servindo para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

As notas explicativas servem para explicar quais foram os critérios que foram utilizados pela contabilidade para elaborar os demonstrativos contábeis e para explicar de uma forma mais clara as operações realizadas pela organização e os saldos de algumas contas dos demonstrativos. As notas explicativas auxiliam na análise da situação econômica, financeira e patrimonial de uma entidade do terceiro setor (OLAK; NASCIMENTO 2010).

Conforme o artigo 176 § 5º da Lei das S/A, as informações que devem constar nas notas explicativas são:

- I – Apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;
- II – Divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras;
- III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e
- IV – Indicar:
 - a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
 - b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes;
 - c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações;
 - d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
 - e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
 - f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
 - g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
 - h) os ajustes de exercícios anteriores; e
 - i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Andrade (1991) acrescenta que as entidades sem fins lucrativos devem acrescentar outras informações que sejam importantes, além das notas explicativas tratadas pela lei, como

por exemplo: explicação dos objetivos, divulgação de doações recebidas e das receitas de subvenção e os critérios de reconhecimento das receitas e despesas.

2.5 NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICÁVEIS AO TERCEIRO SETOR

Segundo Zanluca (2009) p.12:

As entidades que tenham sede no exterior, mas que atuem no Brasil deve seguir as normas contábeis brasileiras, dentre elas estão:

NBC T 2.2 – Da Documentação Contábil

NBC T 2.5 – Das Contas de Compensação

NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis

NBC T 4 – Da Avaliação Patrimonial

NBC T 6 – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis

NBC T 10 – Aspectos Contábeis de Entidades Diversas:

NBC T 10.4 – Fundações

NBC T 10.18 - Entidades Sindicais e Associações de Classe

NBC T 10.19 – Entidades sem Fins Lucrativos

NBC T 19.4 - Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais

As Normas citadas reconhecem que essas entidades são diferentes das demais e recomendam a adoção de terminologias específicas para as contas de Lucros ou Prejuízos, Capital e para a denominação da Demonstração do Resultado, com a finalidade de adequação dessas terminologias ao contexto das referidas entidades. (ZANLUCA, 2009, p.12)

2.6 IMUNIDADES E ISENÇÕES APLICÁVEIS AO TERCEIRO SETOR:

A imunidade e a isenção só são válidas para as entidades que possuam o título de Utilidade Pública Federal ou o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos do Conselho Nacional de Assistência Social, além dos templos de qualquer culto, quando regida pela Constituição Federal, não há o nascimento da obrigação tributária e nem o direito de cobrar o tributo. A isenção é a desobrigação do pagamento de determinados tributos, determinados em leis infraconstitucionais e a imunidade é a renúncia fiscal, que proíbe a instituição de impostos sobre entidades do terceiro setor, desde que as condições sejam cumpridas. Em resumo a imunidade tributária é uma garantia perante a constituição, ou seja, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios são proibidos de cobrar qualquer imposto sobre a renda, serviços ou patrimônios de entidades determinadas (ANTONIUK, 2012).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a importância da contabilidade na gestão das empresas do terceiro setor da cidade de Venda Nova do Imigrante-ES, para se atingir esse objetivo central levantou-se as empresas classificadas como terceiro setor nesta cidade. A partir disso verificou se as mesmas possuem contador e também foi analisado se as demonstrações utilizadas por elas são suficientes para tomada de decisão na administração.

A pesquisa é do tipo descritiva, pois tem por objetivo descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência. Esse tipo de pesquisa estabelece relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado (GIL, 2008).

Quanto à técnica trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir do registro de pesquisas anteriores, utilizando dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. O pesquisador trabalha a partir das construções de outros autores (SEVERINO, 2007).

Para possibilitar o conhecimento teórico do tema foi feita uma coleta dos dados. Primeiramente houve a procura de material bibliográfico referente ao tema (livros, revistas, pesquisas monográficas, dissertações, teses e consultas eletrônicas pela internet).

Em seguida, foram levantadas informações sobre as organizações, através de questionário aplicado entregue aos responsáveis de cada organização. O questionário é estruturado com perguntas fechadas divididas em 4 blocos: caracterização do entrevistado, caracterização da organização, aspectos relativos as práticas de contabilidade e prestação de contas as organização e aspectos relativos aos artefatos internos.

Sendo assim, quanto a coleta e análise dos dados a pesquisa foi do tipo quantitativa, por apontar numericamente a frequência e a intensidade dos comportamentos dos indivíduos de um determinado grupo, ou população através de questionário estruturado e com o auxílio de ferramentas estatísticas (DUARTE, 2012).

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

De uma população estimada em 08 associações do terceiro setor apenas 04 responderam ao questionário. Dos questionários entregues e respondidos pelas instituições sem fins lucrativos, 02 foram respondidos por administradores, 01 por contador e 01 pelo integrante do conselho administrativo, sendo que 100% dos avaliados possui entre 26 e 35 anos. Ao serem perguntados sobre o tempo de atuação na empresa 03 disseram que trabalham na empresa por mais de 05 anos, e apenas 01 trabalha de 03 a 05 anos na instituição. Dos entrevistados 03 possuem ensino superior enquanto 01 é especialista (possui pós-graduação e cursos complementares relacionados à área).

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Das empresas pesquisadas 03 delas têm atuação voltada para a área de serviços sociais enquanto 01 é voltada para a área hospitalar e serviços de saúde. Ao serem perguntadas há quantos anos a organização atua na sociedade todas disseram que funcionam a mais de 05 anos. O terceiro setor tem grande probabilidade de longevidade e sobrevivência se houver confiabilidade, transparência e justificação dos seus objetivos, metas e serviços perante aos *stakeholders*, em relação às empresas de fins lucrativos, por sofrerem menos pressões ambientais (SILVA; PASSADOR; AREVALO 2014)

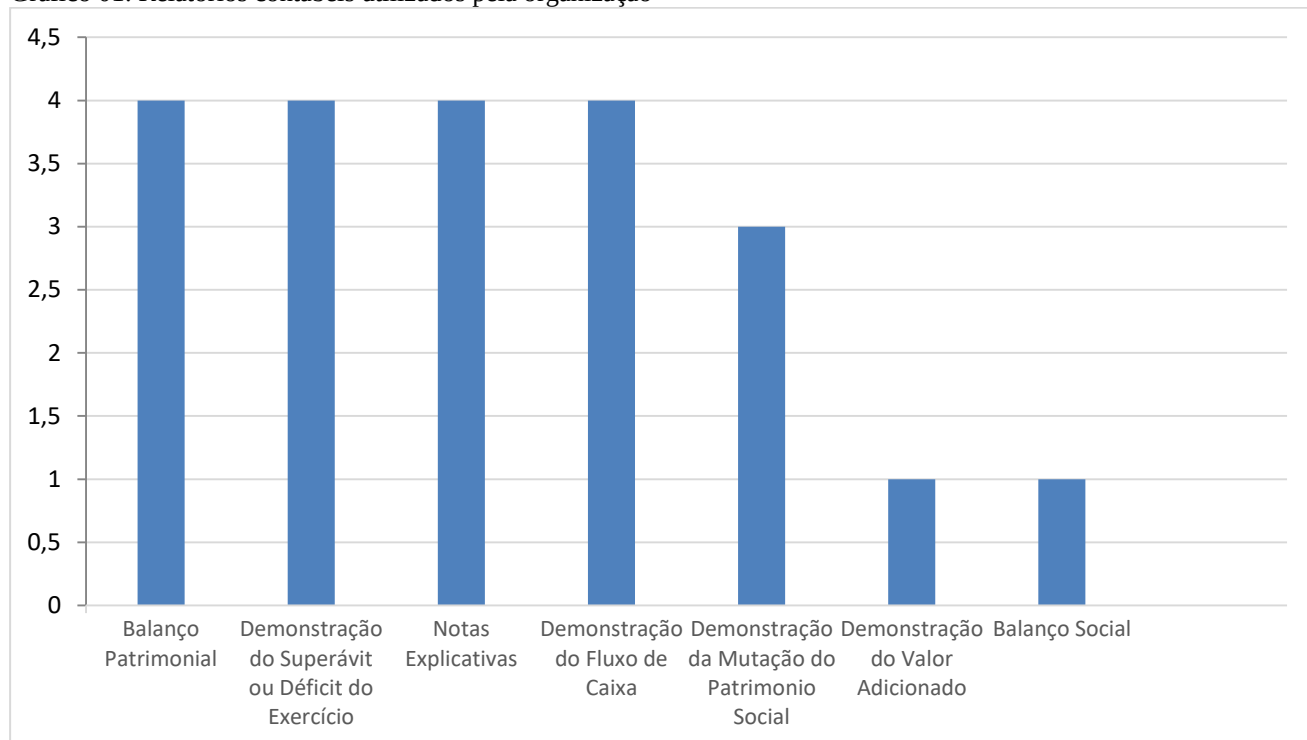
Quanto ao número de funcionários 02 empresas têm até 05 funcionários, 01 tem entre 05 e 10 funcionários e a outra possui cerca de 15 funcionários. No o aspecto do voluntariado 75% tem mais de 15 voluntários e 25% tem até 5 voluntários.

A missão é um aspecto importante dentro de qualquer empresa. Assim das empresas entrevistadas 75% delas possui uma missão declarada enquanto 25% não tem. A missão diz respeito ao que a organização se propõe a realizar e para quem. Para aumentar suas chances de sucesso é importante a divulgação da missão tanto para o público interno e externo, interno para definir um rumo para quem está inserido na organização e externo para esclarecimento de financiadores e doadores. Ela delimita que clientes, que segmento social e que setor a empresa pretende impactar (CAIXETA, 2014). Segundo Cazumbá (2014) as instituições sem

fins lucrativos devem ter um caminho a seguir e por meio da visão, da missão e dos valores, fundamentais para existência de qualquer empreendimento.

4.3 ASPECTOS RELATIVOS ÀS PRÁTICAS DE CONTABILIDADE E A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ORGANIZAÇÃO

Gráfico 01. Relatórios contábeis utilizados pela organização



Fonte: Dados da pesquisa

O balanço patrimonial, a demonstração do superávit ou déficit do exercício, a demonstração do fluxo de caixa, a demonstração da mutação do patrimônio social e as notas explicativas são as demonstrações mais utilizadas, devido a sua importância e a sua obrigatoriedade.

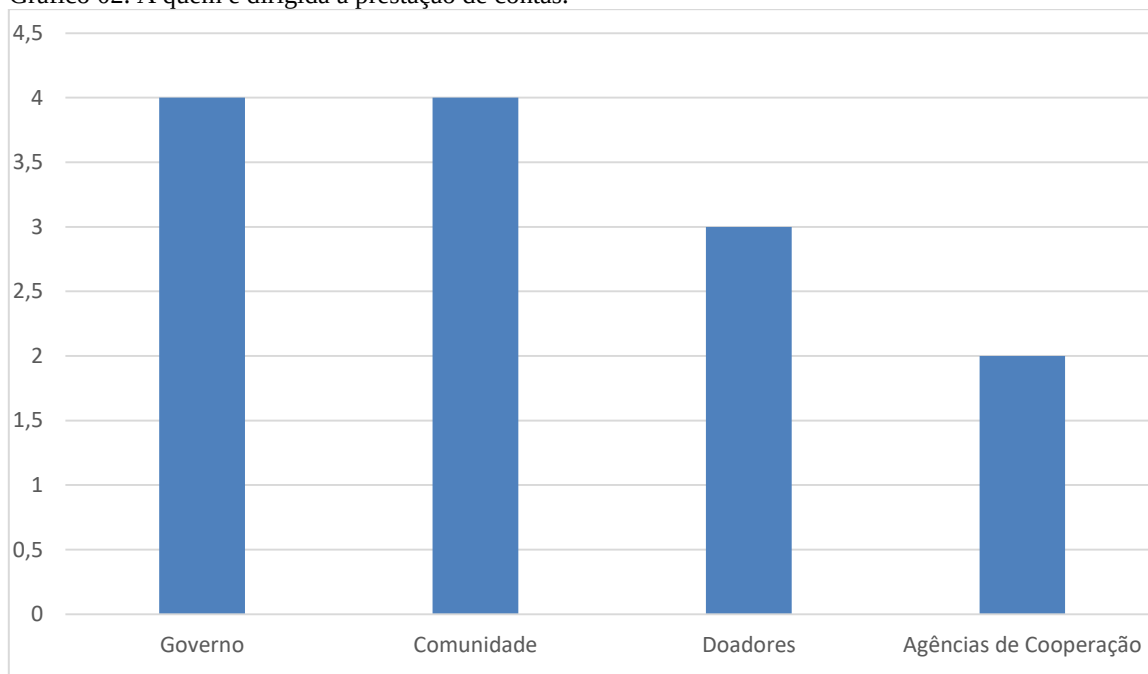
Em relação ao Balanço Patrimonial ele fornece informações úteis para as partes interessadas (comunidade, financiadores entre outros), faz com que os envolvidos conheçam todos os bens e passa informação sobre a posição patrimonial da empresa (direitos e obrigações). Já demonstração do superávit ou déficit do exercício tem como objetivo dentro das entidades sem fins lucrativos, evidenciar todas as atividades realizadas pelos gestores em um determinado período de tempo, denominado de “exercício”. O fluxo de caixa ajuda as organizações do terceiro setor a se planejarem para os imprevistos, além de ajudar na prestação de contas e no cumprimento dos objetivos, também auxilia a controlar e gerenciar o montante de dinheiro no tempo. Outra demonstração importante é a demonstração da mutação do patrimônio líquido, pois ela traz ao conhecimento os saldos no início do período e os acréscimos e decréscimos por doações recebidas, superávit ou déficit obtido nas Demonstrações do Superávit ou Déficit do Exercício e, eventualmente, por possíveis ajustes ao Patrimônio Social. E por fim as Notas Explicativas são úteis por dar um acréscimo/complemento às Demonstrações Contábeis, tornando-se parte integrante destas, acrescentando informações que por algum motivo não foram evidenciadas de forma clara nas

Demonstrações Contábeis (LIMA, 2003; ROSA, 2016; YOSHITAKE, et al., 2014; DINIZ, 2014; OLIVEIRA, 2017).

Embora não sejam obrigadas a realizarem o balanço social e a demonstração do valor adicionado, algumas empresas utilizam esses demonstrativos, para aumentar ainda mais a confiabilidade.

O balanço social tem o objetivo de evidenciar informações ambientais e sociais, visando proporcionar transparência das suas atividades à sociedade. Como as empresas do terceiro setor exercem papel social, algumas empresas utilizam o balanço social para atrair mais clientes/financiadores. A demonstração do valor adicionado é relatório que compõe o balanço social e tem a função de evidenciar a riqueza criada pela entidade sem fins lucrativos durante determinado período e como ela foi empregada/distribuída nos fatores de produção que ajudaram na sua formação (NAGAI, 2012).

Gráfico 02. A quem é dirigida a prestação de contas.



Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 02 demonstra que todas as empresas fazem a prestação de contas tanto para o governo quanto para a comunidade, ou seja, para fins fiscais e para transparência das atividades realizadas. Os doadores e agência de cooperação também são interessados nesta prestação de contas, pois também precisam saber onde está sendo empregado o dinheiro por eles financiados.

Cazumbá (2015) afirma que as entidades do terceiro setor são criadas com a função de atender as demandas da sociedade e baseia-se na ação voluntária para o bem comum, portanto merece a confiança do público em geral. Dessa forma nada mais justo e coerente demonstrar de que forma a empresa está cumprindo sua missão social e de que forma está desempenhando suas atividades. A prestação de contas compreende o conjunto de documentos e informações com o intuito de dar transparência as ações realizadas pela entidade.

Quadro 01. Demonstrações contábeis dirigido para cada público

Destinatário da prestação de conta.	BP	DSDE	DFC	DVA	BS	DMPS	NE
Público interno da entidade	4	3	4	0	0	2	3
Governo (para atender a legislação).	4	3	4	1	1	3	4
Doadores (privado ou governamentais).	4	3	4	0	0	2	3
População em geral	3	3	3	0	0	2	3
Associados e Beneficiários	3	3	3	0	0	2	3
Outros	1	1	1	0	0	1	1

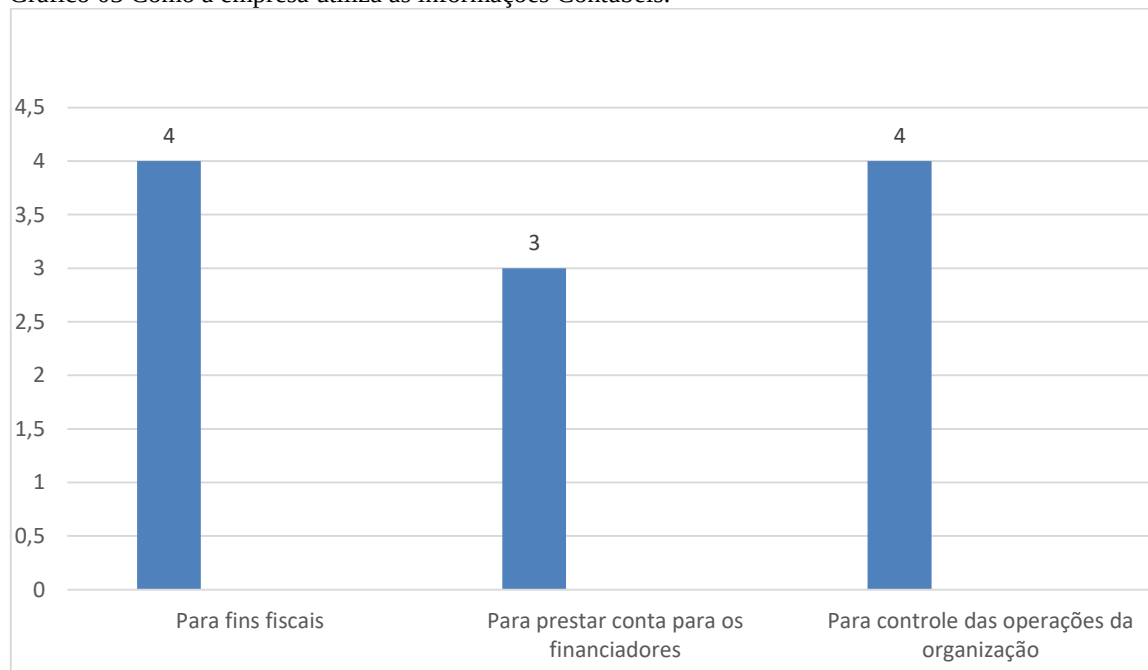
Fonte: Dados da pesquisa

Legenda do quadro: Balanço Patrimonial (BP) – Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício (DSDE) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) - Demonstração das Origens e Aplicações de recursos (DOAR) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – Balanço Social (BS) – Demonstração das Mutações do Patrimônio Social (DMPS) – Notas Explicativas (NE). Os números representam o número de empresas.

Como mostra o quadro 01 as demonstrações são dirigidas para todos os públicos, somente o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado que são direcionados para o governo.

Todas as empresas entrevistadas possuem escrituração contábil de suas transações. As informações geradas pela contabilidade são importantes e úteis para os públicos externos e internos. Uma empresa que não possui escrituração contábil é uma organização sem identidade, sem memória e sem as mínimas condições de planejar seu crescimento e de sobreviver (CRC-SE, 2013).

Gráfico 03 Como a empresa utiliza as informações Contábeis.



Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que as empresas utilizam as informações para fins fiscais, para prestar conta para os financiadores (para obter transparência) e para o controle das operações da organização (tomada de decisão).

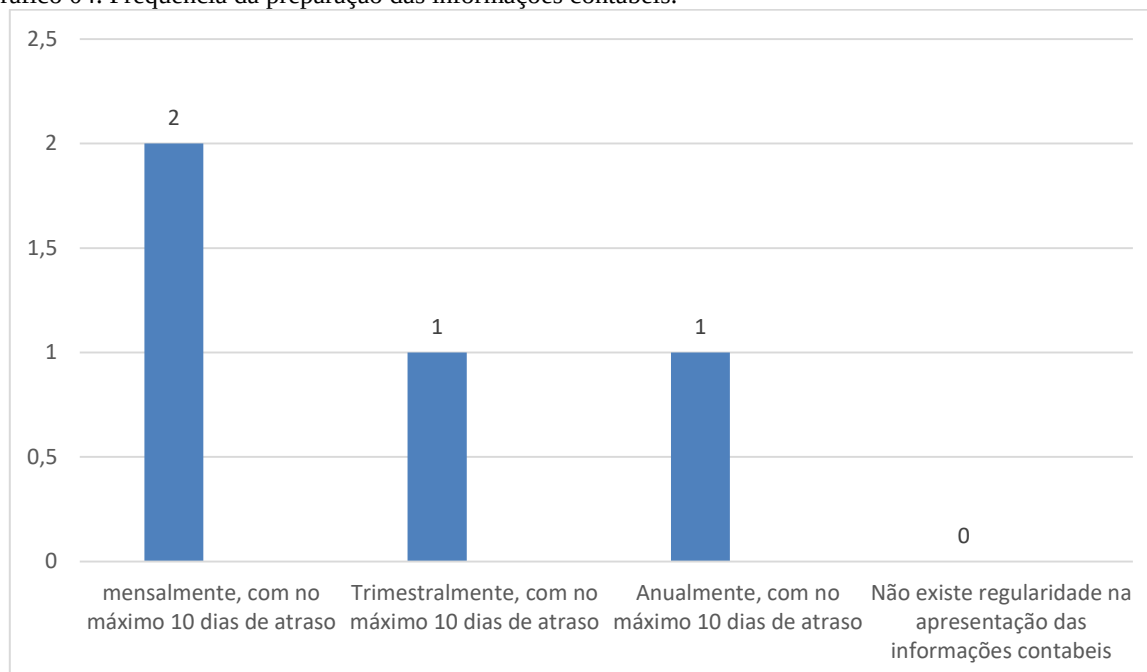
Quadro 02. Efeito das exigências de prestação de contas e relatórios na organização

Efeito no (na)	Melhora	Indiferente	Atrapalha
Planejamento e definição de metas de entrega dos serviços	2	2	0
Foco nos serviços prestados	3	1	0
Transparência e prestação de contas ao público	4	0	0
Qualidade da documentação da organização	4	0	0
Avaliação da efetividade dos serviços	4	0	0
Apoio no gerenciamento financeiro	4	0	0
Funcionamento do conselho gestor	4	0	0
Identificação de problemas potenciais	4	0	0
Prevenção de fraude	4	0	0
Desenvolvimento de novos serviços	3	1	0

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o gráfico, o efeito das exigências de prestação de contas e relatórios por parte das agências financiadoras (incluindo o governo) provoca uma melhora em praticamente todos os itens citados, sendo apenas indiferente para 2 empresas no quesito planejamento e definição de metas de entrega dos serviços, e para 1 empresa nos quesitos foco nos serviços prestados e desenvolvimento de novos serviços.

Gráfico 04. Frequência da preparação das informações contábeis.



Fonte: Dados da Pesquisa

Como se pode observar no gráfico 4 cada empresa tem uma frequência na preparação das informações contábeis, de acordo com sua realidade ou conforme for preciso. O Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis - Apresentação e Divulgações, afirma que as demonstrações contábeis devem ser apresentadas pelo menos uma vez ao ano. Todavia, por exigência de órgãos reguladores, pode ser requerida a apresentação

para períodos menores. Quando, em circunstâncias excepcionais, a data do exercício social de uma entidade mudar e as demonstrações contábeis forem apresentadas por um período mais longo ou mais curto que um ano, deve-se divulgar, além do período abrangido pelas demonstrações contábeis.

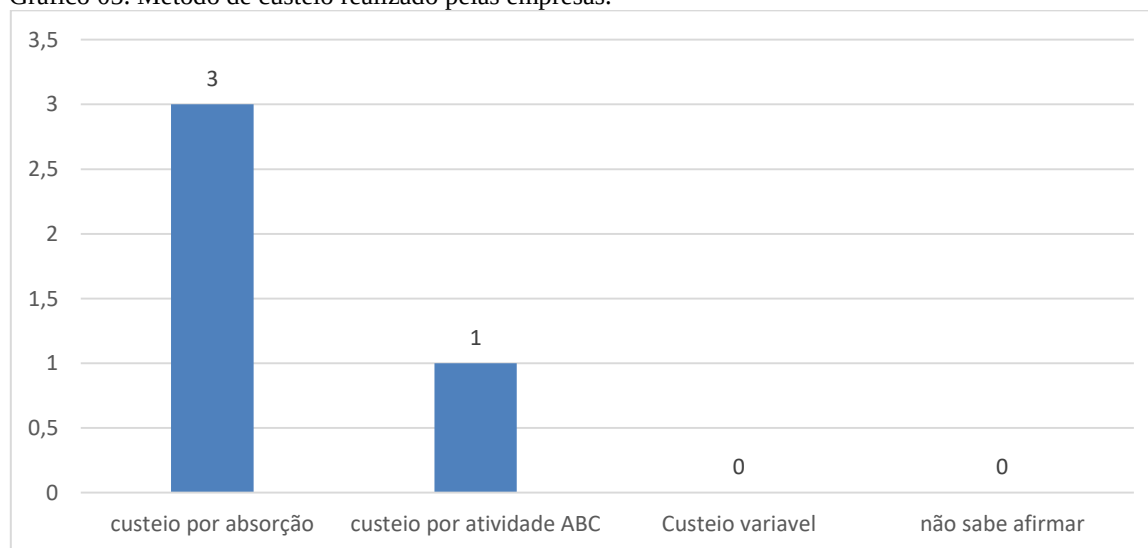
As informações contábeis são fornecidas pelo contador da empresa, no caso das empresas pesquisadas todas utilizam um contador externo para prestação de conta da organização, por ser uma melhor opção para empresa. Segundo Silva (2015), há algumas desvantagens da contabilidade interna em relação a contabilidade externa, principalmente para as pequenas e médias empresas. A contabilidade interna além de ter um alto custo de implantação, devido á despesa com software e com mão-de-obra, pode acarretar na ocupação do espaço físico da empresa.

4.4 ASPECTOS RELATIVOS AOS ARTEFATOS INTERNOS

Todas as empresas entrevistadas calculam os custos dos serviços oferecidos. Isso é um fator importante, pois as entidades do terceiro setor precisam aplicar de forma eficiente e planejada os recursos que lhes são destinados para que possam desenvolver suas atividades, assim a responsabilidade com o emprego dos recursos é relevante para garantir a manutenção do fluxo de financiamento que permite a continuidade das atividades desenvolvidas pelas empresas do Terceiro Setor.

Sandrin (2010) afirma que a apuração dos custos é um dos tipos mais utilizados de controle interno. É significativo a apuração dos custos dos serviços prestados à sociedade pelas entidades do terceiro setor, mesmo que elas tenham costumes, práticas e níveis de organizações diferentes das empresas não filantrópicas. Além da importância do controle dos custos no âmbito gerencial, normalmente a maioria dos recursos dessas entidades provém de doações e subvenções e, utilizando-os de forma eficaz, sobrarão mais para ser aplicado posteriormente no próximo período ou mesmo para ampliar as atividades o que gera mais confiabilidade dos financiadores em relação a entidade.

Gráfico 05. Método de custeio realizado pelas empresas.



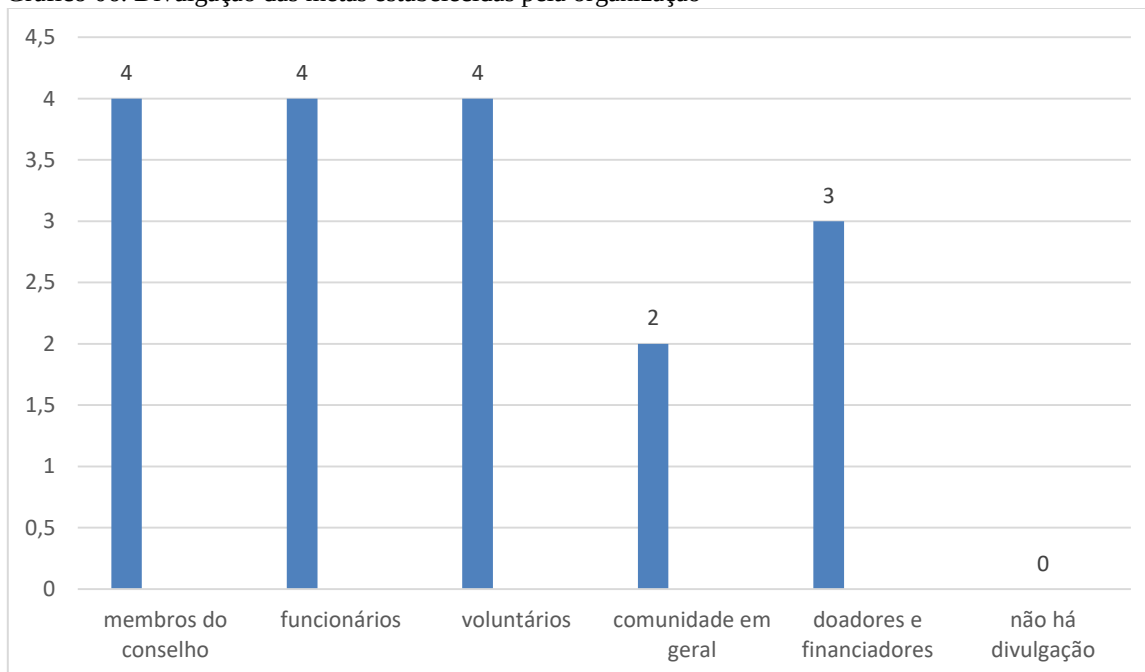
Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao planejamento a resposta positiva foi unânime entre as empresas pesquisadas, porém 02 afirmaram que a organização faz um planejamento operacional anual com base no plano estratégico (inclui o plano financeiro e o institucional de longo prazo), e

02 fazem apenas o planejamento operacional anual. O planejamento é uma ferramenta indispensável para que as empresas. Através do planejamento se estabelecem os objetivos e os recursos necessários para atingi-los, bem como as políticas que deverão disciplinar a aquisição, utilização e disposição desses recursos, prazos, meios e as etapas para sua concretização (LIMA; SOUSA, 2011).

O orçamento foi outra ferramenta analisada. Sabe-se que o orçamento é indispensável na elaboração de projetos nas organizações do terceiro setor, pois constitui a base para a aprovação financeira dos doadores. Além disso, ele traz um controle efetivo das despesas e dos recursos captados por meio de doadores, investidores, financiamentos e ações próprias de marketing (ALMEIDA, 2007). Contatou-se que todas as empresas utilizam orçamento, 02 delas o utilizam para todos os projetos e 2 para os mais importantes. Segundo elas, as metas estabelecidas pelo orçamento são comparadas periodicamente para verificar se estão de acordo com o planejado.

Gráfico 06. Divulgação das metas estabelecidas pela organização



Fonte: Dados da pesquisa

Como se pode observar no gráfico 06 todas as empresas fazem a divulgação das metas. Segundo Cazumbá (2015) prestar contas é muito mais que o preenchimento de formulários, elaboração de demonstrações financeiras e apresentação de documentos fiscais e extratos bancários. A comprovação do cumprimento, de forma correta, clara e tempestiva, de cada etapa, fase e meta prevista para a consecução de um objeto, bem ou serviço é fundamental para a vitalidade das entidades sem fins lucrativos.

4. CONCLUSÃO

Por ser um setor em constante desenvolvimento, o Terceiro Setor vem se destacando e com isso vem assumindo um papel cada vez mais importante, necessitando de mais atenção perante a sociedade.

O objetivo do presente artigo foi investigar o papel da Contabilidade no Terceiro Setor e a transparência destas entidades sem fins lucrativos, em relação aos recursos recebidos e a prestação de contas de seus serviços.

Das empresas analisadas, todas estão em atividade a mais de 5 anos. Três entidades atuam na área de assistência social, promovendo acompanhamento das famílias perante a situação de cada uma delas, seja ela de natureza psicológica ou física. A outra atua na área hospitalar realizando serviços de saúde e promovendo o bem-estar social. A partir disso nota-se a importância das demonstrações contábeis para a gestão dessas empresas permitindo assim o sucesso e continuidade da mesma.

No decorrer da pesquisa verificou-se que as entidades estudadas possuem contadores externos que se responsabilizam por todos os processos que acontecem dentro delas, como exemplo a escrituração de suas transações e o custo dos serviços oferecidos. Além disso, nota-se que as empresas também trabalham sua missão e fazem seu planejamento e orçamento.

Todas as entidades se utilizam do Balanço patrimonial, da Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício, das Notas Explicativas, da Demonstração do Fluxo de Caixa e da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social como meio para prestar conta para os órgãos públicos e doadores. Destaca-se que apenas uma empresa utiliza o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado.

Percebe-se também que as empresas fazem a prestação de contas para o governo, comunidade e para os financiadores e doadores, devido à obrigatoriedade e para gerar transparência, para a obtenção de recursos.

Dessa forma, as exigências na prestação de contas e dos relatórios melhoram vários aspectos dentro das empresas, ajudando no foco dos serviços prestados, na transparência, na qualidade da documentação, no apoio ao gerenciamento financeiro, na identificação de problemas potenciais e na prevenção de fraudes.

Portanto, a contabilidade tem um papel fundamental dentro das empresas sem fins lucrativos, ajudando na gestão das empresas, tanto na obrigatoriedade da apresentação de demonstrativos e relatórios, quanto na captação e utilização dos recursos e até mesmo a identificação de problemas.

Por fim, conclui-se que as empresas do Terceiro Setor de Venda Nova do Imigrante-ES analisadas têm grandes chances de longevidade e sucesso, por utilizarem as demonstrações contábeis e as ferramentas gerenciais em seu favor, mostrando a transparência e a qualidade dos seus serviços.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cíntia. **O orçamento como ferramenta para a gestão de recursos financeiros no terceiro setor: um estudo nas organizações do estado do Rio Grande do Norte**. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ANDRADE, Guy Almeida. **Contabilidade de entidades sem fins lucrativos. Cursos sobre temas Contábeis**. Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. São Paulo: Atlas, v.4, 1991.

ANTONIUK, Carolina. **Isenção e imunidade tributária - benefícios do terceiro setor**. 2012. Disponível em: <<http://www.amorimassociados.com.br/isencao-imunidade-tributaria-beneficios-terceiro-setor.asp>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

ARAÚJO, Osório Cavalcante. **Contabilidade para as organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2006.

- AURELI, Renata. **A importância da Contabilidade para o Terceiro Setor**. 2015. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/a-importancia-da-contabilidade-para-o-terceiro-setor/88213/>>. Acesso em: 04 mar. 2017.
- CAIXETA, Livia. **A importância da Missão, Visão e Valor de uma empresa**. 2014. Disponível em: <<http://www.racecomunicacao.com.br/blog/a-importancia-da-missao-visao-e-valor-de-uma-empresa/>>. Acesso em: 03 mai. 2017.
- CAZUMBÁ, Nailton. **A importância da transparência nas organizações do Terceiro Setor**. 2015. Disponível em: <<http://nossacausa.com/importancia-da-transparencia-nas-organizacoes-terceiro-setor/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- CAZUMBÁ, Nailton. **Organizações do Terceiro Setor – Missão, Visão e Valores**. 2014. Disponível em: <<http://nossacausa.com/ferramentas-administrativas-em-organizacoes-do-terceiro-setor/>>. Acesso em: 03 mai. 2017.
- CAZUMBÁ, Nailton. **Quais os motivos para a apresentação de prestações de contas no Terceiro Setor?** 2015. Disponível em: <<http://nossacausa.com/quais-os-motivos-para-apresentacao-de-prestacoes-de-contas-no-terceiro-setor/>>. Acesso em: 05 mai. 2017.
- COELHO, Simone de Castro. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002. 223p.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SERGIPE. **A importância da escrituração contábil na gestão empresarial**. 2013. Disponível em: <<https://crc-se.jusbrasil.com.br/noticias/100673245/a-importancia-da-escrituracao-contabil-na-gestao-empresarial>>. Acesso em: 06 mai. 2017.
- DINIZ, Flavia. **A importância da Contabilidade para o Terceiro Setor**. 2014. Disponível em: <<http://www.cienciascontabeis.com.br/importancia-contabilidade-terceiro-setor/>>. Acesso em: 17 jun. 2017.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração de organizações sem fins Lucrativos: Princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.
- DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Pesquisa quantitativa e qualitativa**. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>>. Acesso em: 15 de nov. de 2016.
- FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor. Um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. 1999. 152p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FERNANDES, Rubem César. C. **Público porém privado: o terceiro setor na América Latina**. São Paulo: Relume-Dumará, 1994. 156 p.
- FISCHER, Rosa Maria. **O Desafio da Colaboração: práticas de responsabilidade social entre empresas e Terceiro Setor**. São Paulo: Gente, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e Cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez Editora Ltda., 1997. 165 p.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **O Estado diante das organizações não-governamentais. Organizações não governamentais**: solução ou problema. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. P. 47-57.

HENDRIKSEN, Eldon.; BREDÁ, Michael. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do Terceiro Setor**. São Paulo: Makron Books, 1999.

IBRACON. (2005). **Npc 27 - Demonstrações Contábeis - Apresentação e Divulgações**. São Paulo.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION; José Carlos. **Introdução a teoria da contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LANDIM, L. **Para além do mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil**. ISER, Núcleo de Pesquisa, 1993. 86p.

LIMA, Emanuel Marcos. **Contribuição para apuração e evidenciação dos resultados das instituições de ensino superior com certificado de entidade beneficente de assistência social**. 2003. Dissertação (mestrado) – FEA/USP, São Paulo.

LIMA, Franciane Gonçalves. **A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO ESSENCIAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: O CASO ACACCI**. 2003. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

LIMA FILHO, Raimundo Nonato; SOUSA, Rodrigo Silva de. **Planejamento Estratégico em Entidades do Terceiro Setor: Uma análise na Região Metropolitana de Salvador**. 2011. 13 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Bahia, 2011.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de entidades de fins não lucrativos**. Boletim IOB – Telemática Contábil e Balanços, São Paulo, Bol. 17/90, 1990.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF. Constituição (1976). **Lei das Sociedades Anônimas**.

NAGAI, Cristiane. **A Demonstração do valor adicionado como instrumento de transparência nas entidades do terceiro setor**. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NETO, Michele CORDEIRO. **A contabilidade como instrumento de transparência para as entidades do terceiro setor. Um estudo de caso na associação de assistência à criança deficiente (AACD)**. Fortaleza: 2013.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos: terceiro setor**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Daniela dos Santos; DURÃS, Silvia Alves Leite. **ATUAÇÃO DA CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR: estudo de caso Mitra Arquidiocesana de Vitória**. 2014. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos - Faserra, Serra - Es, 2014.

OLIVEIRA, Leandro. **Balanco Patrimonial: O que é, para que serve e como analisar**. 2017. Disponível em: <<https://capitalsocial.cnt.br/balanco-patrimonial/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Terceiro Setor: para que serve? Conjuntura Econômica**. Jan. 1997, p.14-45.

ROSA, Shidartha. **A importância do Fluxo de Caixa para a gestão financeira no terceiro setor**. 2016. Disponível em: <<https://www.bhbit.com.br/gestao/fluxo-de-caixa-e-a-gestao-financeira-do-terceiro-setor/>>. Acesso em: 29 maio 2017.

SANDRIN, Marília Faim; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. **Apuração, mensuração e análise dos custos de entidades filantrópicas de Educação Infantil de Ribeirão Preto**. 2010. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Cleonice Rosa da Cruz. **CONTABILIDADE INTERNA: VANTAGENS E DESVANTAGENS UM ESTUDO DE CASO FEITO NA EMPRESA PARAFUSOLANDIA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015. APARECIDA**. 2015. 39 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Sociedade Mestra de Educação e Cultura de Goiás – Smecg, Aparecida de Goiânia, 2015.

SILVA, G. A. B.; PASSADOR, J. L.; AREVALO, J. L. S.. **Mortalidade e longevidade das organizações de terceiro setor**. Revista Brasileira de Administração Científica, Aquidabã, v.6, n.1, p.230-239, 2015. DOI: Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6008/SPC2179-684X.2015.001.0014>>

THOMPSON, Andrés. **Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina**. In: IOSCHPE, E. B. (org.) 3º Setor desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1997.p 14-62.

YOSHITAKE, Mariano et al.. **Estrutura conceitual para demonstrações contábeis no terceiro setor: estudo de caso da Abel**. 2014. Disponível em:

<[http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/07 Estrutura conceitual ABEL.pdf](http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/07_Estrutura_conceitual_ABEL.pdf)>.
Acesso em: 09 mar. 2017.

ZANLUCA, Júlio Cesar. **Contabilidade do Terceiro Setor**, 2009. Disponível em:<
<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/terceirosetor.htm>>. Acesso em: 15 de
outubro de 2016.